

isa



JUCESP PROTOCOLO
0.523.666/19-6



ISA CAPITAL DO BRASIL S.A
CNPJ/MF n.º 08.075.006/0001-30
NIRE 35.3.0033520-1

**Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
Realizadas em 05 de abril de 2019**

1. Data, Hora e Local: Aos 05 de abril de 2019, às 14h, na sede social da ISA Capital do Brasil S/A, localizada na Rua Casa do Ator, nº 1.155, 8º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia" ou "ISA Capital").

2. Presença: Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas. Cumpre observar que, em razão do resgate da totalidade das Ações Preferenciais Resgatáveis de emissão da Companhia, esta passou a ter um único acionista, Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. ("ISA"), comprometendo-se esse a recompor a pluralidade de acionistas, em cumprimento às disposições legais aplicáveis. Presente também o representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

3. Convocação: Dispensadas as formalidades de convocação, de acordo com o Artigo 124, §4º, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas posteriores alterações ("Lei nº 6.404/76").

4. Mesa: Presidente – Sr. Fernando Augusto Rojas Pinto; Secretária – Sra. Ligia Ourives da Cruz Ferreira.

5. Publicações: Foram publicados no dia 30 de março de 2019 as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nos jornais Diário Oficial Empresarial, nas páginas 192 a 204, e Valor Econômico, nas páginas E53 a E59, colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia, declarando os Senhores Acionistas sanada a falta de publicação dos anúncios previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, conforme facultado em seu §4º.

6. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) deliberar sobre as contas dos administradores e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício de 2018; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração para um novo mandato de 01 (um) ano; (iv) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o período de 1º de abril de 2019 a 31 de março de 2020; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (v) tendo em vista que a totalidade das Ações Preferenciais Resgatáveis de emissão da Companhia foram efetivamente resgatadas no dia 18 de dezembro de 2018, deliberar sobre a alteração dos artigos do Estatuto Social eliminando as menções àquela espécie de ações e promovendo os ajustes necessários, renumeração dos artigos do Estatuto Social e sua consolidação.

7. Deliberações tomadas pelo único acionista:

Em Assembleia Geral Ordinária:

7.1. Após a análise das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes datado de 28 de março de 2019, documentos estes publicados nos jornais Diário Oficial Empresarial e Valor Econômico em 30 de março de 2019, tendo sido, também, dispensada a leitura dos mencionados documentos, foram aprovadas as contas dos



administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

7.2. Foi aprovada a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que está contida na nota explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras ora aprovadas, elaborada em conformidade com o disposto no Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia. Com base no lucro líquido do exercício findo em 2018, a Companhia pagou às ações preferenciais resgatáveis de sua emissão, a título de dividendos obrigatórios e fixos cumulativos, o montante de R\$ 41.596.138,92 (quarenta e um milhões, quinhentos e noventa e seis mil, cento e trinta e oito reais e noventa e dois centavos). Do saldo remanescente, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) a serem pagos dentro dos próximos 60 (sessenta) dias. Após o pagamento dos referidos dividendos, foi aprovada a proposta de destinação da parcela de R\$ 22.355.907,00 (vinte e dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e sete reais) à Conta Reserva Especial de Lucros a Realizar e da parcela de R\$ 513.225.623,14 (quinhentos e treze milhões, duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e três reais e quatorze centavos) à Conta Reserva de Retenção de Lucro.

7.3. Foram eleitos para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2020, os Senhores **Bernardo Vargas Gibsone**, colombiano, casado, economista, portador do documento de identidade colombiano nº 19.360.232, residente e domiciliado na cidade de Medellín, Colômbia, com endereço comercial em Calle 12 Sur, nº 18-168, Medellín - Colômbia; e **César Augusto Ramírez Rojas**, colombiano, casado, engenheiro eletricitista, portador do documento de identidade colombiano nº 4.344.455, residente e domiciliado na cidade de Medellín, Colômbia, com endereço comercial em Calle 12 Sur, nº 18-168, Medellín - Colômbia; e as Senhoras **Ana Milena Lopez Rocha**, colombiana, casada, economista, portadora do documento de identidade colombiano nº 52.410.477, residente e domiciliada na cidade de Bogotá, Colômbia, com endereço comercial em Calle 113, nº 7-80, piso 13, Bogotá - Colômbia; e **Carolina Botero Londoño**, colombiana, casada, economista, portadora do documento de identidade colombiano nº 42.107.940, residente e domiciliada na cidade de Medellín, Colômbia, com endereço comercial em Calle 12 Sur, nº 18-168, Medellín - Colômbia. Os conselheiros ora eleitos declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, estando cientes do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, firmaram procuração outorgando ao seu representante poderes para receber citações em seu nome, para os fins do parágrafo 2º do artigo 146 da Lei nº 6.404/76, e tomarão posse nos cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, no prazo legal.

7.4. Foi aprovada a remuneração global anual dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 2.068.000,00 (dois milhões e sessenta e oito mil reais), a ser individualizada entre os membros da administração pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião a ser realizada oportunamente. Esse montante está destinado à remuneração dos membros da administração da Companhia para o período de 1º de abril de 2019 a 31 de março de 2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

7.5. Em razão do resgate da totalidade das Ações Preferenciais Resgatáveis de emissão da Companhia, o único acionista aprovou a nova redação do Estatuto Social (cuja redação consolidada segue na forma de Anexo I à presente ata), com as alterações deliberadas abaixo:

isa

7.5.1. Excluir: (i) o parágrafo segundo do artigo 5º; (ii) o artigo 6º; (iii) a alínea j do artigo 8º, antigo artigo 9º; (iv) a alínea i do artigo 19, antigo artigo 20; (v) os itens i e ii da alínea b, a alínea c e os parágrafos segundo, quinto, sexto e sétimo do artigo 34, antigo artigo 35; (vi) o artigo 36; e (vii) o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista o resgate da totalidade das Ações Preferenciais Resgatáveis.

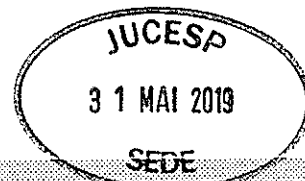
7.5.2. Alterar: (i) o artigo 5º para excluir as Ações Preferenciais Resgatáveis, tendo em vista seu resgate em 18 de dezembro de 2018; (ii) o Parágrafo Terceiro do artigo 10, antigo artigo 11, para excluir a dispensa de consularização da procuração para representação de acionista em Assembleia Geral; (iii) o artigo 16, antigo artigo 17, para fixar o número mínimo de 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros do Conselho da Administração da Companhia; (iv) o item (vii) do artigo 21, antigo artigo 22, para limitar, até 2% (dois por cento) do capital social integralizado, o valor para que os Diretores da Companhia possam realizar operações financeiras; assinar contratos e distratos, inclusive operações com derivativos; constituir ônus reais e prestar avais, fianças e garantias; (v) o artigo 22, antigo artigo 23, para excluir a previsão de que a alçada da Diretoria será fixada pelo Conselho de Administração; (vi) a alínea (b) do artigo 34, antigo artigo 35, para aumentar a porcentagem do lucro líquido anual ajustado para fins do cálculo de dividendos obrigatórios de 1 (um) para 25% (vinte e cinco por cento), e excluir a ordem de destinação deste; (vii) a alínea (c) do artigo 34, antigo artigo 35, para fixar que a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, poderá destinar o lucro, ao invés de excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Por fim, para refletir as alterações acima, consolidar o Estatuto Social da Companhia que passará a vigorar nos termos do Anexo I a esta Ata.

8. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos. Foi, então, suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que depois de lida e achada conforme foi assinada pelos presentes. Os acionistas aprovaram a lavratura desta ata na forma sumária, conforme faculta o parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei 6.404/76. **Acionista Presente:** Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (p.p. Eduardo Soares).

Certifico que esta ata está lavrada no livro próprio.

São Paulo, 05 de abril de 2019.

Ligia O. Ferreira
Ligia Ourives da Cruz Ferreira
Secretária da Mesa



ANEXO I
ANEXO À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 05/04/2019
ESTATUTO SOCIAL

ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.
CNPJ/MF nº. 08.075.006/0001-30
NIRE 35.3.0033520-1

Capítulo I

Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º. ISA Capital do Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais leis e normas aplicáveis em vigor.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Casa do Ator nº 1155, 8º andar, CEP 04546-004, onde serão desenvolvidas as atividades da Companhia.

Parágrafo Único. A Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 3º. O objeto social compreende a gestão de participações societárias e a execução de empreendimentos por meio de consórcio ou qualquer outra forma de colaboração empresarial.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II

Capital Social

Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$839.778.000,00 (oitocentos e trinta e nove milhões, setecentos e setenta e oito mil reais) dividido 840.625.000 (oitocentos e quarenta milhões, seiscentas e vinte e cinco mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Único. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º. Por deliberação do Conselho de Administração, as ações da Companhia poderão ser escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Parágrafo Único. O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Capítulo III

Assembleia Geral

Artigo 7º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, quando convocada para deliberar a respeito de qualquer outra matéria nos termos deste Estatuto Social ou da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 8º. Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- (a) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- (b) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal;
- (c) reformar o Estatuto Social;
- (d) deliberar a respeito da dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- (e) autorizar a Companhia a vender, liquidar ou dissolver qualquer subsidiária que represente mais de 10% (dez por cento) dos ativos ou das receitas da Companhia;
- (f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (g) aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;
- (h) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, a respeito da destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio, resgate e demais proventos ou distribuições aos acionistas da Companhia;
- (i) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e
- (j) deliberar a respeito de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Artigo 9º. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, devendo a primeira convocação ser feita com, no mínimo, 8 (oito)



dias de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio. Não se realizando a assembleia, será publicado anúncio de segunda convocação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Artigo 10. Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar documento de identidade e/ou atos societários que comprovem a sua representação legal na Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. A Companhia dispensará a apresentação de comprovante de titularidade de ações pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária, se houver.

Parágrafo Segundo. Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, se houver, deverão depositar na sede da Companhia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além dos demais documentos previstos neste Artigo 10, extrato contendo a respectiva participação acionária emitido no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente.

Parágrafo Terceiro. Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, por instrumento público ou instrumento particular com firma reconhecida ou notariação, desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da Companhia, juntamente com os demais documentos previstos neste Artigo 10, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Artigo 11. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por outro conselheiro, diretor ou acionista indicado pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

Artigo 12. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações ou neste Estatuto Social, não se computando os votos em branco ou abstenções.

Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral só poderá deliberar a respeito de assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo. As atas das Assembleias deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais, na forma de sumário dos fatos ocorridos, e publicadas com omissão das assinaturas.

Capítulo IV

Órgãos da Administração

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, sendo que a sua composição e funcionamento serão regulados pelas regras contidas nesta seção.

Parágrafo Primeiro. A investidura nos cargos dos órgãos da administração da Companhia se fará por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo Segundo. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 14. A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração deliberar a respeito e fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores.

Artigo 15. Ressalvado o disposto neste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo Primeiro. As reuniões dos órgãos da administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião. Os administradores ausentes poderão também delegar seu voto, por escrito, a outros administradores do mesmo órgão.

Parágrafo Segundo. Os administradores que participarem de reunião na forma acima prevista deverão ser considerados presentes à reunião para todos os fins, sendo válida a assinatura da respectiva ata por fac-símile ou outro meio eletrônico, devendo uma cópia ser arquivada na sede da Companhia juntamente com o original assinado da ata.

Parágrafo Terceiro. A convocação prévia da reunião poderá ser dispensada somente se estiverem presentes todos os seus membros.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 16. O Conselho de Administração da Companhia será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Artigo 17. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.

Parágrafo Primeiro. O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão e as Assembleias Gerais, ressalvadas, no caso das Assembleias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro conselheiro, diretor ou acionista para presidir os trabalhos.

Parágrafo Segundo. Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído a seu Presidente, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

Parágrafo Terceiro. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

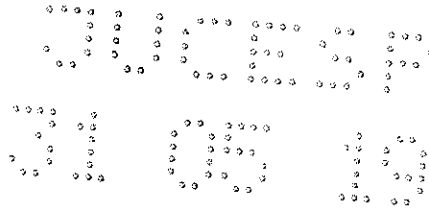
Artigo 18. O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração, pela maioria de seus membros ou pelo Diretor Presidente da Companhia.

Parágrafo Primeiro. As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue a cada membro do Conselho de Administração, da qual deverão constar o local, data e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia. As convocações deverão ser entregues com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, no caso de reuniões ordinárias, e com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência, no caso de reuniões extraordinárias. As deliberações em reuniões do Conselho de Administração deverão limitar-se às matérias previstas na convocação.

Parágrafo Segundo. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou por este Estatuto Social:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições;
- (c) fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;
- (d) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;
- (e) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) manifestar-se acerca do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e das contas da Diretoria;
- (g) deliberar a respeito do aumento de capital dentro do limite do capital autorizado, incluindo seus termos e condições, bem como sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações e bônus de subscrição de emissão da Companhia;
- (h) deliberar a respeito da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, observadas as disposições legais aplicáveis;
- (i) deliberar a respeito da (i) aquisição, alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis da Companhia, (ii) concessão, pela Companhia, de quaisquer garantias em operações de terceiros, seja ela real ou fidejussória, incluindo a celebração de qualquer instrumento de penhor, hipoteca, alienação ou cessão fiduciária, gravame ou oneração de quaisquer direitos, negócios, ativos ou bens da Companhia, inclusive ações ou quotas, e (iii) execução de todo e qualquer ato ou contrato que tenha valor igual ou superior a 2% (dois por cento) do capital social integralizado;
- (j) deliberar a respeito da execução dos contratos que sejam considerados como projetos de um plano de expansão vinculado ao objeto social da Companhia;
- (k) deliberar a respeito da execução dos contratos que tenham por objeto a alienação ou o gravame com direitos reais dos ativos operacionais da Companhia, ou que versem sobre bens imóveis não operacionais da Companhia;
- (l) deliberar a respeito da nomeação de procuradores com poderes para praticar quaisquer dos atos enumerados no item (i) deste Artigo 19;
- (m) escolher e destituir auditores independentes;
- (n) submeter à Assembleia Geral proposta de reforma deste Estatuto Social; e



- (o) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia geral dentro das normas vigentes.

Seção III - Diretoria

Artigo 20. A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e os demais Diretores sem designação específica, cujas atribuições serão definidas pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de atribuições. Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Único. Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição da Diretoria, quando necessária, ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores.

Artigo 21. Compete aos Diretores: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as operações da Companhia, incluindo as áreas contábil, financeira, administrativa e de recursos humanos da Companhia, acompanhando seu andamento; (iii) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Companhia; (iv) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (v) contratar ou desligar funcionários investidos de funções gerenciais; (vi) abrir e movimentar contas bancárias correntes, de poupança, de depósitos a prazo, em moeda nacional ou estrangeira, tanto em bancos nacionais como em bancos estrangeiros; (vii) realizar operações financeiras; assinar contratos e distratos, inclusive operações com derivativos; constituir ônus reais e prestar avais, fianças e garantias até o limite de 2% (dois por cento) do capital social integralizado; (viii) emitir, endossar, aceitar, descontar e empenhar duplicatas, faturas, letras de câmbio, cheques, notas promissórias, *warrants* ou qualquer outro título de crédito; (ix) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais participar; e (x) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. Compete ao Diretor Presidente, além de executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração, dirigir as atividades da Companhia e orientar e coordenar a atuação dos demais Diretores, bem como: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades e o andamento das operações da Companhia; e (iii) exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

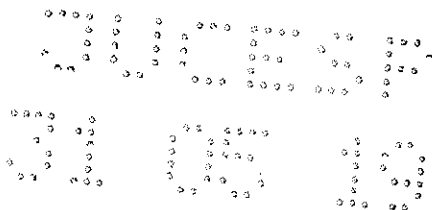
Parágrafo Segundo. Compete ao Diretor Financeiro, além de executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração referentes à sua área, coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho financeiro, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior.

Parágrafo Terceiro. Nos seus impedimentos ou ausências, os Diretores serão substituídos por outro Diretor, conforme indicação do Diretor Presidente. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Presidente do Conselho de Administração indicará um dos demais Diretores para assumir o cargo interinamente, até a primeira reunião subsequente do Conselho de Administração.

Artigo 22. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria nos casos previstos no Artigo 21 deste Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- (a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (b) elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (c) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o plano de negócios e o orçamento de capital da Companhia;
- (d) definir a política da qualidade da empresa, estabelecer metas e objetivos para a organização;
- e
- (e) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Artigo 23. A Diretoria se reúne validamente com a presença de pelo menos 2 (dois) Diretores e delibera por consenso, sendo que em caso de impasse a matéria será submetida ao Conselho de Administração.



Artigo 24. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer de seus membros. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e as demais pessoas presentes à reunião.

Artigo 25. As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue aos Diretores com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, devendo constar desse comunicado a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

Artigo 26. Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes.

Artigo 27. A Companhia será sempre representada, em todos os atos, (i) pela assinatura do Diretor Presidente; (ii) pela assinatura conjunta de dois Diretores, quando um deles não for o Diretor Presidente, (iii) pela assinatura conjunta de um Diretor, que não seja o Diretor Presidente, e de um procurador; (iv) pela assinatura isolada de um Diretor, que não seja o Diretor Presidente, desde que expressa e especificamente autorizado pelo Conselho de Administração, nos termos de ata de Reunião do Conselho de Administração lavrada no livro próprio; ou (v) pela assinatura individual de qualquer Diretor, que não seja o Diretor Presidente, exclusivamente e limitada às seguintes condições, desde que não envolvam responsabilidade financeira ou exonerem terceiros de responsabilidade: (a) prática de atos de rotina perante órgãos e departamentos públicos federais, estaduais e municipais; Receita Federal e seus departamentos e agentes de fiscalização; Agências Reguladoras e Serviços Estatais; empresas públicas e sociedades de economia mista; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S/A e suas filiais; Caixa Econômica Federal e suas filiais; e (b) prática de quaisquer atos perante a Justiça do Trabalho.

Parágrafo Primeiro. Todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores em conjunto, quando um deles não for o Diretor Presidente, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicium*, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular. Qualquer dos Diretores ou procurador, isoladamente, poderá representar, ativa ou passivamente, a Companhia em juízo.

Parágrafo Segundo. É vedado aos Diretores (i) obrigar a Companhia em negócios estranhos ao objeto social e ao interesse da Companhia; (ii) obrigar a Companhia em financiamentos, fianças, avais ou garantias de favor ou não relacionadas com os negócios da Companhia; e, (iii) receber de terceiros qualquer vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo.

Capítulo V Conselho Fiscal

Artigo 28. O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Artigo 29. O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Artigo 30. O Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará as demonstrações financeiras ao menos trimestralmente.

Parágrafo Primeiro. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo Terceiro. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

Artigo 31. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elegeu, observado o § 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Capítulo VI

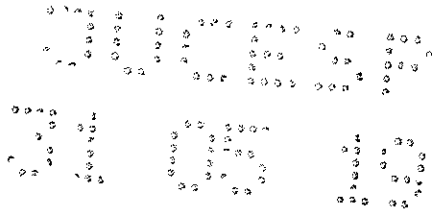
Demonstrações Financeiras e Distribuição dos Lucros

Artigo 32. O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 33. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

Artigo 34. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta para destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o

isa



disposto no § 1º deste Artigo 34, ajustado para fins do cálculo de dividendos obrigatórios nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem:

- (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;
- (b) uma parcela destinada ao pagamento de dividendos obrigatórios, em cada exercício, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.

(c) Após as alocações previstas nos itens (a) e (b) acima, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o saldo observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações

Parágrafo Primeiro. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

Parágrafo Segundo. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Parágrafo Terceiro. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável e o disposto neste Estatuto Social.

Capítulo VII

Da Liquidação da Companhia

Artigo 35. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

Capítulo VIII

Disposições Finais e Transitórias

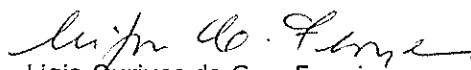
Artigo 36. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 37. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, se houver, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.

-0-0-0-0-0-

Certifico ser esta a redação consolidada do Estatuto Social da ISA Capital do Brasil S.A., aprovada nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 05 de abril de 2019.

São Paulo, 05 de abril de 2019.


Ligia Ourives da Cruz Ferreira
Secretária da Mesa